



CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CNRH

Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH

Nota Técnica nº 01/2008/CT-PNRH/CNRH/MMA

Em 09 de abril de 2008.

Ao Senhor,

Sidney Gusmão Agra

Presidente da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CT-PNRH

Assunto: Proposta de Resolução que amplia as competências da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos

1. Introdução

1.1 A proposta de ampliação das competências da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos, instituída por meio da Resolução nº 04, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, de 10 de junho de 1999, deve-se, principalmente, aos avanços estabelecidos com a implementação no país do instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos denominado planos de recursos hídricos, bem como o processo de construção do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH.

1.2 Ademais, a busca pelo planejamento integrado de recursos hídricos, considerando os diferentes níveis geográficos estabelecidos na Lei 9.433/97 para a elaboração dos planos de recursos hídricos, requer forte articulação envolvendo os entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH, sendo o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, por meio da CT-PNRH, o *locus* principal dessa discussão. Desta forma, a presente Nota Técnica apresenta uma série de elementos que sustentam essa proposta, tendo em vista, dentre outros aspectos, o fortalecimento do SINGREH.

2. Pressupostos técnicos e políticos: breve relato

2.1 A Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433, de 08 de janeiro de 1997) estabelece como um de seus instrumentos os Planos de Recursos Hídricos¹, que visam fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional, sendo que tais Planos devem ser elaborados por bacia hidrográfica (planos de bacia), por estado (planos estaduais) e pelo País (Plano Nacional). No entanto, o legislador, à época, não buscou definir, no âmbito da Lei, as distintas abrangências dos Planos supracitados, bem como as necessárias inter-relações entre eles. Foi durante o processo de construção do PNRH que se buscou aprofundar tais questões no espaço institucional da CT-PNRH, onde foram debatidos os limites de abrangência do Plano Nacional, considerando as necessárias divisões de responsabilidades na elaboração e implementação desses Planos, a evidente superposição territorial e a necessária integração entre eles.

2.2 Neste contexto, vale resgatar narrativas do documento *“Definição dos Limites de Abrangência do Escopo do PNRH”*, apresentado na CT-PNRH em julho de 2005: *“Dada a abrangência dos Planos de Recursos Hídricos, nos âmbitos Nacional, Estadual, Distrital e Regional (por bacia), bem como a evidente superposição territorial, é mister destacar que a abordagem e a concepção desses instrumentos devem considerar a divisão de responsabilidades, cabendo notar o caráter de integração a ser incorporado. Sob essa ótica, o Plano Nacional não deve apresentar em seu escopo o desenvolvimento de propostas de ações próprias dos Planos Estaduais ou dos Planos de Bacias de rios de domínio da União, assim como os Planos Estaduais não devem abordar procedimentos e ações característicos dos Planos de Bacia de rios de domínio estadual. Dessa forma, pretende-se evitar que demandas operacionais passíveis de serem solucionadas pelos Planos de Bacia sejam transferidas ou assumidas nas esferas dos Planos Estaduais ou do Plano Nacional; ou que procedimentos estratégicos próprios da esfera das Unidades Federadas sejam canalizados para o Plano Nacional. Ademais, pode-se afirmar que o Plano Nacional ou Estadual não representa o somatório dos Planos de Bacia e, da mesma forma, o Plano Nacional não representa o somatório dos Planos Estaduais, e vice-versa.....Nesse contexto, a atuação do Plano Nacional, bem como dos Planos Estaduais e Distrital, distingue-se, preponderantemente, como estratégica e nacional (ou estadual),*

¹ Os artigos 5º a 8º da Lei 9.433/97 versam sobre o instrumento denominado Planos de Recursos Hídricos.

² Este documento buscou nortear as temáticas a serem desenvolvidas no PNRH e ampliar o debate em relação às distinções e necessárias sinergias envolvendo os três níveis de planejamento de recursos hídricos.

enquanto que os Planos de Bacia se caracterizam como predominantemente operacional e regionais (ou locais).”

2.3 Dada a complexidade e o caráter inédito do tema, buscou-se abordar o assunto nas Diretrizes do PNRH (volume 3), considerando, dentre outros aspectos, os distintos estágios da implementação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos no País, bem como as distintas capacidades operacionais dos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH e as responsabilidades da União: *“essas ‘fronteiras de trabalho’ que apresentam evidentes áreas de sombreamento tendem a ser distintas para diferentes setores e regiões, sofrendo a influência, de um lado, das capacidades institucionais instaladas nos Estados e, de outro, das próprias possibilidades e limites da União em oferecer respostas consistentes e continuadas.”* A partir do avanço estabelecido até então, materializou-se uma macro-diretriz no PNRH que, por sua vez, norteou o estabelecimento de um subprograma específico. A macro-diretriz em questão é: *“implementar os instrumentos de planejamento da Política Nacional de Recursos Hídricos, considerando as necessárias articulações entre o Plano Nacional, os Planos Estaduais e os Planos de Bacia Hidrográfica, bem como as peculiaridades e a abrangência das ações de cada um, além das articulações dos Planos de Bacia com os Planos Diretores Municipais”*, enquanto que o subprograma referido é intitulado *“Planos de Recursos Hídricos e Enquadramento dos Corpos D’água em Classes de Uso”*.

2.4 Após a aprovação do PNRH pelo CNRH, deu-se início aos esforços para o estabelecimento de sua primeira meta emergencial, qual seja: elaborar e aprovar no âmbito do CNRH documento denominado Estratégias para a Implementação do PNRH. A discussão envolvendo as articulações entre os três níveis de planejamento de recursos hídricos voltou à tona para o estabelecimento dessa meta. Nesse documento, também apreciado e aprovado pelo CNRH (Resolução 67, de 07 de dezembro de 2006), foi estabelecida como uma das estratégias para a implementação do PNRH a articulação dos níveis de planejamento de recursos hídricos: *“A importância estratégica da articulação dos níveis de planejamento de recursos hídricos para a implementação dos programas do PNRH se prende à necessidade central de disseminar não somente as bases conceituais que edificam o Plano, mas as orientações e diretrizes de cunho estratégico, próprias da dimensão de um Plano Nacional, para as outras esferas do planejamento de recursos hídricos, na busca do planejamento integrado, para além das exigências institucionais e*

legais inscritas na Política Nacional de Recursos Hídricos e no SINGREH. Essa articulação contribui, ainda, para canalizar os esforços da implementação do PNRH na construção de ações conjuntas, ademais de se constituir em estratégia determinante para o estabelecimento de prioridades para as atividades da SRH (atual SRHU) e da ANA, além de potencializar e orientar as inter-relações dessas instituições com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.” O referido documento apresenta, ainda, alguns eixos para tais articulações que devem ser melhor compreendidos e estudados para sua validação e utilização no âmbito do SINGREH, são eles:

- i) definição de pactos via elaboração de Programas do PNRH, como observância das macro-diretrizes que apontam para essa articulação e integração;
- ii) a consolidação das diretrizes do PNRH nos Planos das Unidades Federadas e nos planos de bacia, guardadas as diferenças de enfoque e de abrangência;
- iii) a possibilidade de utilização dos conceitos e metodologias adotadas para a construção do PNRH, devidamente adaptadas; e
- iv) a possibilidade de utilização das bases de informação do PNRH.

2.5 Nesse sentido, tais eixos de articulação com vistas à busca de sinergias envolvendo os níveis de planejamento de recursos hídricos devem ser melhor debatidos, praticados e ampliados, sendo o CNRH, por meio de sua CT-PNRH, o *locus* para tal discussão. Vale ressaltar que para maior efetividade desta proposta faz-se necessário envolver os estados da federação na discussão, por meio dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – CERHs.

2.6 Ademais, no presente momento há vários estados da federação desenvolvendo ou buscando as bases para o desenvolvimento de processos de planejamento dos usos e conservação dos recursos hídricos (figura 1), sendo premente o início de um aprofundamento em relação aos mecanismos de articulação entre os níveis de planejamento, visando, dentre outros aspectos, o fortalecimento do SINGREH. Vale ressaltar que para o desenvolvimento de tal dinâmica de articulação deve-se considerar a relação entre a água e a ampla diversidade social, econômica, ambiental e cultural apresentada no território brasileiro, bem como as dominialidades das águas previstas na Constituição Federal de 1988 e os estágios de implementação do gerenciamento dos

recursos hídricos nas unidades federadas.

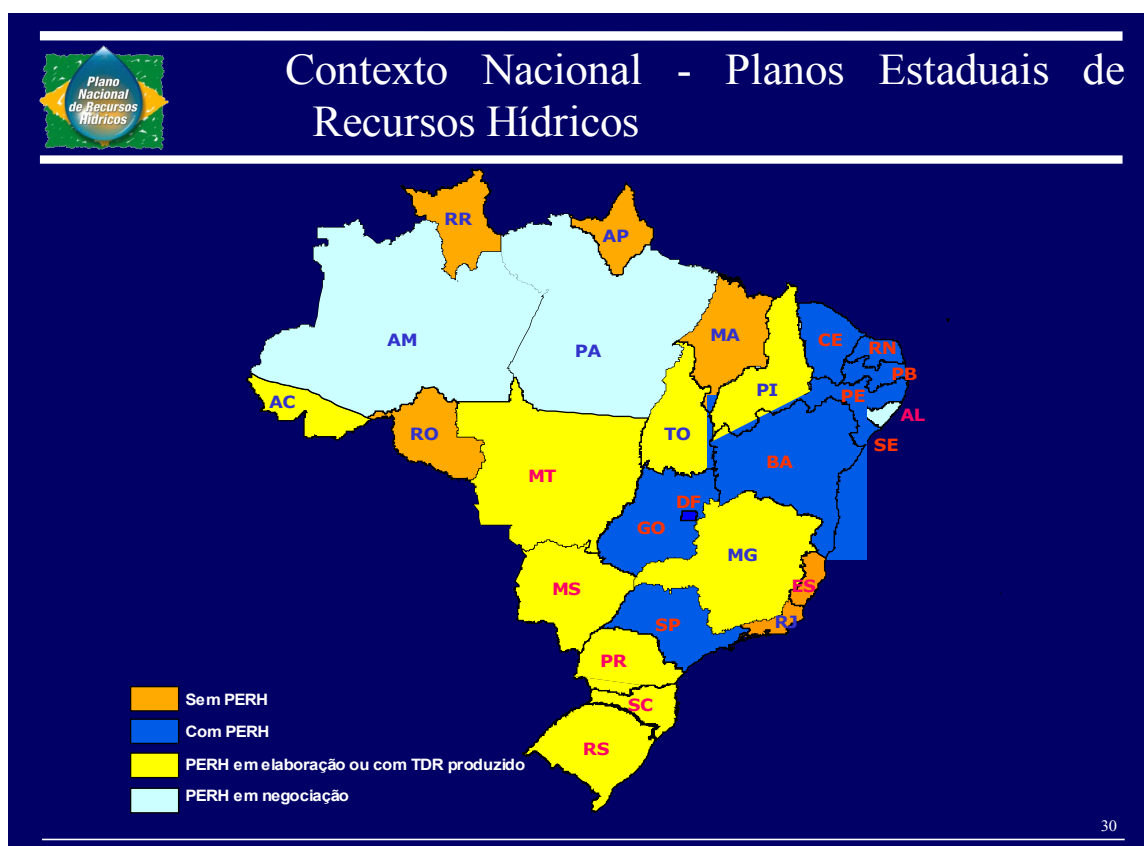


Figura 1: contexto nacional em relação ao desenvolvimento dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos

2.7 Vale ainda destacar que a CT-PNRH durante sua 49ª reunião, ocorrida nos dias 07 e 08 de abril de 2008, debateu a proposta de Resolução que amplia as competências da CT-PNRH. Essa revisão foi considerada, por unanimidade na Câmara, de suma importância para o alcance do planejamento integrado de recursos hídricos no País.

3. Conclusão

3.1 De acordo com os pressupostos apresentados e o encaminhamento ocorrido na 49ª reunião da CT-PNRH, realizada nos dias 07 e 08 de abril de 2008, conclui-se que se faz de extrema importância a ampliação das atribuições da CT-PNRH para busca de sinergias envolvendo os planos de recursos hídricos, considerando os distintos níveis geográficos estabelecidos pela Lei 9433/97.

3.2 Em anexo segue proposta de resolução discutida pela CT-PNRH.

João Bosco Senra
Conselheiro Titular CNRH
Diretor de Recursos Hídricos da SRHU

Luiz Augusto Bronzatto
Representante da SRHU na CT-PNRH
Gerente de Projeto do DRH/SRHU